



Anais da Assembleia

Nº 121

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Arruda, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silveiro, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mario Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Cesar Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colago (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Arlindo Troian e Luiz Antonio Setti (02). Achando-se em licença os Senhores Deputados Cesar Silvestri e José Afonso Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

A finalidade do presente é comunicar que a partir da presente data estou oficialmente desligado dos quadros do PRN, e que passo a integrar o PTB.

Sendo o que se apresentava para o mo-

mento, aproveitamos a oportunidade para externar votos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

OFÍCIO Nº 428/91

Cumpre-me comunicar a Vossa Excelência meu desligamento junto ao Partido de Reconstrução Nacional - PRN - e filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, reiterar a Vossa Excelência meus votos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

PROPOSIÇÃO Nº 2463-A

Diversos Vereadores, infra-assinados, no uso de suas atribuições submetem à apreciação da Câmara a seguinte Proposição:

Requerem a douta Mesa, na forma regimental, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, solicitando ao mesmo que dê conhecimento aos demais Deputados, externando apoio ao Projeto de Lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui o pagamento diferenciado para acesso de estudantes a estabelecimentos onde se realizam espetáculos e atividades recreativas, culturais ou esportivas.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(aa) Assinaturas ilegíveis

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, através do presente, indicar o Deputado Elio Lino Rusch para, em substituição ao Deputado Dobrandino da Silva, indicado anteriormente através do Ofício nº 24/91/GLG/PMDB, compor, na condição de membro da bancada do PMDB, a comissão temporária especial criada por esta Casa através de requerimento aprovado na sessão ordinária do dia 21 de agosto passado, que tem como objetivo a construção de um aeroporto regional de grande porte na região oeste do nosso Estado.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do Governo e PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, através do presente, indicar o Deputado Renato Adur para compor, na condição de membro da bancada do PMDB, a comissão suprapartidária criada para coordenar as ações deste Poder com vistas à reativação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do Governo e PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2449

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 397/91, que altera o nome do Município de Jardim Paulista, criado pela Lei n° 9444/90, para Timbu.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2463

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2455

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 163/91, que "Autoriza a criação da Central de Atendimento de Emergência na Região Metropolitana de Curitiba", constante da Ordem do Dia de 24.09.91, item n° 04.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO N° 2468

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 5 sessões do Projeto de Lei n° 311/91, constan-

te da Ordem do Dia de hoje em 1ª Discussão.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) DIRCEU MANFRINATO

Apoio: Orlando Pessuti.

REQUERIMENTO N° 2469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 5 Sessões, do Projeto de Lei n° 267/91, constante da pauta desta Sessão em 1ª Discussão.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoio: Orlando Pessuti

REQUERIMENTO N° 2472

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia por 5 sessões do Projeto de Lei n° 041/91.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N° 2467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão do Regime de Urgência, bem como o adiamento por 10 sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar n° 077/91, constante da Ordem do Dia desta Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) RENATO ADUR

Apoio: Orlando Pessuti

REQUERIMENTO N° 2465

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja designado um Parlamentar para que represente este Poder, na cidade de Londrina, nos dias 25 e 26 do corrente, para participar do lançamento de campanha publicitária estadual contra a pena de morte e de Sessão Pública, que se realizará na Câmara Municipal de Londrina, para a discussão do mesmo tema; e ainda para participar da Conferência Municipal sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, promovida pela Secretaria Municipal de Saúde de Londrina, sem ônus para esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) EMÍLIA BELINATI

REQUERIMENTO N° 2470

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, prioridade de votação para o projeto de lei nº 173/91 de sua autoria, que institui pagamento diferenciado para acesso de estudantes em estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Salviano Américo de Almeida, ocorrido no dia 18 de setembro de corrente ano, no município de Maria Helena-PR.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2453

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de solicitação oficial ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná objetivando a criação e instalação de Vara Especializada em Acidentes de Trânsito e de Vara de Fazenda Pública e Precatórias na Comarca de Maringá.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

De acordo com justificativa apresentada pelo nobre Vereador Nereu Vidal Cesar, tratam-se de procedimentos indispensáveis aos interesses de Maringá, pólo de uma vasta região econômica, sobretudo em face do acúmulo de processos verificado nas Varas atualmente existentes, o que torna a tramitação judicial dos processos relativamente morosa e provoca a sobrecarga do trabalho dos Senhores Juiz, Promotores e Serventuários da Justiça, isso sem contar, muitas vezes, o próprio aspecto da impunidade decorrente da prescrição de prazos.

Certo pois, que a eficácia da Justiça reside não só na competência e especialização dos profissionais que a integram, mas, acima de tudo, na capacidade de atendimento que sua infra-estrutura permite.

Portanto, com a instalação das respectivas Varas, haverá maior rigor técnico na apuração das responsabilidades, dentre outros fatores de significativa importância.

REQUERIMENTO Nº 2466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER ofício a todos os Deputados e Senadores eleitos pelo Estado do Paraná, no sentido de que se manifestem contrariamente à apreciação da proposta de emenda constitucional e, em caso de deliberação, que votem contrariamente à sua aprovação.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(a) PAULO MAIA

Apoiamto: Doutor Rosinha e Ernani Pudell
JUSTIFICATIVA:

A proposta de Emenda à Constituição Federal, oriunda do Poder Executivo, na forma do seu encaminhamento e mesmo em seu conteúdo material, não contempla os interesses da sociedade civil brasileira.

A proposta, denominada de Emenda Constitucional, é, em verdade, uma efetiva revisão do seu conteúdo, efetuada antes do prazo estipulado no art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Trata-se, em verdade, de expediente que visa, tão somente, a fazer ruir as conquistas sociais expressas na Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, resultantes de trabalho legítimo da Assembléia Nacional Constituinte.

A ausência da sociedade nesta discussão, torna a proposta, além de inconstitucional, espúria e nitidamente destinada a satisfazer os objetivos da elite orgânica dominante.

REQUERIMENTO Nº 2451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Superintendente da FUNDEPAR objetivando a ampliação, em caráter de urgência, do Colégio Estadual Presidente Kennedy localizado no bairro de Mandacarú, em Maringá.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

De acordo com justificativa apresentada pelo Vereador Aristides Mossambani de Maringá, o referido estabelecimento de ensino localiza-se em uma região de grande concentração populacional e encontra-se com sua capacidade de atendimento praticamente esgotada, motivo pelo qual medidas urgentes precisam ser adotadas para adequá-lo à realidade do Município, a fim de que as famílias interessadas nessa prestação de serviço não permaneçam prejudicadas.

REQUERIMENTO Nº 2452

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Educação e ao Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja autorizado a realização de estudos, em caráter de urgência, objetivando analisar a viabilidade de se ampliar em oito (8) salas de aula a Escola Estadual Antonio Francisco Lisboa - Ensino de 5.^a a 8.^a séries - de Sarandi.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento, tendo em vista correspondência remetida pelo Exmo. Sr. Hélio Gremes Pereira - DD. Prefeito Municipal de Sarandi, que informa ser imprescindível a ampliação daquela Escola, devido ao grande número de alunos que concluirão a 4.^a série do 1.^o Grau em 1991, e que residem nas proximidades da Escola.

Informa ainda que, a Escola está construída em local privilegiado e de fácil acesso aos alunos, possuindo terreno de grande área, com ótimas instalações administrativas, bibliotecas e quadras esportivas.

Nesse sentido, espera-se dos Órgãos do Governo, o atendimento que ora é postulado, que virá sem dúvida alguma, beneficiar enormemente a Comunidade Estudantil de Sarandi.

REQUERIMENTO N° 2454

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que seja autorizado a realização de estudos, objetivando analisar a viabilidade de se destinar recursos para a ampliação da rede de energia elétrica de Sarandi.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

De acordo com justificativa apresentada pelos Vereadores Carlos Birches Sebrian e Maria Lucia Viana de Sarandi, existem vários bairros da cidade que ainda não receberam energia elétrica.

Este é um problema antigo, desde quando Sarandi era Distrito de Marialva.

Com a Emancipação Política, muito se fez nesse sentido mas o município sofreu uma explosão demográfica muito acentuada nestes oito anos, o que vem inviabilizando a realização de tal obra com recursos próprios.

REQUERIMENTO N° 2460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente ao Sr. Mário Pereira, visando o pagamento de indenização a agricultores - SRA. SANTINA TERESA GRECOL E SRA. HIRIA MAGNABOSCO, entre outros - cujas terras foram desapropriadas para a passagem da Rodovia PRT-163, trecho Pranchita/Pérola D'Oeste.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente é viabilizar o atendimento da reivindicação abaixo formulada, a qual nos foi encaminhada pelo Sindicato Rural de Pranchita - PR.

Há vários anos, agricultores estão na expectativa de serem indenizados em razão da passagem da rodovia PRT-163 - trecho Pranchita / Pérola D'Oeste - por cima de suas terras.

Referidas indenizações já deveriam ter sido pagas pelo Governo do Estado, o que, no entanto, não ocorreu, trazendo sérios e cada vez mais irrecuperáveis prejuízos àqueles produtores que tinham suas terras onde hoje está a citada rodovia.

Segundo informações por nós recebidas, a indignação que toma conta dos agricultores prejudicados já está atingindo seu grau máximo de tolerância e caso medidas adequadas não sejam tomadas de imediato para solucionar o problema, os mesmos ameaçam interpelar judicialmente o Governo para garantir os seus direitos.

Observamos que neste requerimento estamos destacando o nome das Senhoras Santina Teresa Gregol e Hiria Magnabosco, ambas cadastradas no Sindicato Rural de Pranchita relativamente a pendências no recebimento de indenizações, e não citadas em Requerimento (APROVADO) anterior, de nossa autoria e sobre o mesmo assunto, o qual relacionava um outro grupo de agricultores nas mesmas circunstâncias.

REQUERIMENTO N° 2461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Mário Pereira, para requerer a liberação de verbas para a realização de calçamento na estrada que dá acesso à Comunidade de São Jorge a Linha Bueira.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O calçamento requerido proporcionará a ligação de 5 (cinco) comunidades, beneficiando aproximadamente 2.000 (duas mil) pessoas, em região caracterizada pela

existência de minifúndios de produção diversificada (milho, soja, feijão, etc), além da produção de suínos.

Trata-se de região atuante e que periodicamente tem o escoamento de sua produção prejudicada nas épocas chuvosas em função da inexistência de calçamento.

Assim sendo, estamos certos da especial atenção que será dispensada ao presente requerimento pelo Senhor Mário Pereira, bem como do apoio dos nobres colegas.

REQUERIMENTO N° 2471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, que a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dê ciência a todas as Associações Comerciais e Industriais do Paraná, do inteiro teor dos documentos em anexo, enviando cópia xerográfica do requerimento deste Deputado, aprovado em Plenário, e do Decreto Governamental anexo que aborda sobre o parcelamento do ICMS, sem a devida inscrição em dívida ativa.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(a) PLAUTO MIRÔ GUIMARAES

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 056/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica alterado o Art. 1° da Resolução n. 27/90, de 15 de maio de 1990, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Manguueirinha, para que a população decida sobre a criação do Município de HONÓRIO SERPA, com as seguintes divisas:

Começa na nascente do Córrego Pinheiro, desce por este até sua foz no Rio Covô; sobe pelo Rio Covô até a foz do Córrego Tatu; sobe pelo Córrego Tatu até sua nascente; deste ponto por uma linha seca e reta no sentido geral Sudoeste até as confluências do Córrego Marrequinha com o Rio Marrecas, deste ponto segue pelo Rio Marrecas até seu cruzamento com a estrada que liga Manguueirinha a Palmas; segue pela referida estrada no sentido Palmas até as proximidades da nascente do Lajeado do Rancho Grande; desce pelo Lajeado do Rancho Grande até a sua foz no Rio Chopim; segue pelo Rio Chopim até a foz do Rio Gigante; deste ponto, sobe pelo Rio Gigante até a sua nascente; da nascente do Rio Gigante, segue por linha seca e reta no sen-

tido geral Nordeste até alcançar a nascente do Córrego Pinheiro, ponto de partida."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A nossa medida se faz necessária já que as confrontações citadas na Resolução n. 27/90 não condizem com as que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE.

Assim sendo, a alteração das divisas do presente Projeto de Resolução é no sentido de adequá-las às do IBGE, evitando-se, assim, futuros problemas ao Município de Honório Serpa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 429/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterada a redação do Art. 1° da Lei n. 9.441, de 16 de novembro de 1990, que passa a ser a seguinte:

"Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado de plebiscito o Município de Honório Serpa, com território desmembrado do Município de Manguueirinha, com sede e localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

Começa na nascente do Córrego Pinheiro, desce por este até a sua foz no Rio Covô, sobe pelo Rio Covô até a foz do Córrego Tatu; sobe pelo Córrego Tatu até sua nascente; deste ponto por uma linha seca e reta no sentido geral Sudoeste até as confluências do Córrego Marrequinha com o Rio Marrecas, deste ponto segue pelo Rio Marrecas até seu cruzamento com a estrada que liga Manguueirinha à Palmas; segue pela referida estrada no sentido Palmas até as proximidades da nascente do Lajeado do Rancho Grande; desce pelo Lajeado do Rancho Grande até a sua foz no Rio Chopim; segue pelo Rio Chopim até a foz do Rio Gigante; deste ponto, sobe pelo Rio Gigante até a sua nascente; da nascente do Rio Gigante, segue por linha seca e reta no sentido geral Nordeste até alcançar a nascente do Córrego Pinheiro, ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A nossa medida se faz necessária já que as confrontações citadas na Lei n.

9441/90. não condizem com as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE.

Assim sendo, a alteração das divisas do presente Projeto de Lei é no sentido de adequá-las as do IBGE, evitando-se, assim, futuros problemas ao Município de Honório Serpa.

PROJETO DE LEI Nº 430/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º Fica denominada Rodovia HUMBERTO MIGUEL DA SILVA, a rodovia PR-272 ligando Tomazina a Siqueira Campos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 24.09.91.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

"CURRICULUM VITAE"

HUMBERTO MIGUEL DA SILVA

Nasceu em 09 de dezembro de 1911 e faleceu em 31 de agosto de 1989, em Tomazina, Estado do Paraná.

Era filho de Luís Miguel e de Ana da Silva Miguel.

Casou-se com Olinda Correia da Silva, havendo dessa união os filhos Aída Miguel Zattar, diplomada em Pedagogia e Hermes Miguel da Silva, diplomado em Medicina. Foi Professor, Serventuário da Justiça e Comerciante, Contador diplomado pela antiga Escola Complementar de Comércio, de Ponta Grossa, e pela Academia Paranaense de Comércio, de Curitiba.

Por longos anos lecionou inúmeras disciplinas nas escolas de 2º grau da Rede Estadual de Ensino, em Tomazina.

Foi um dos fundadores da Escola Normal Colegial Estadual "Dr. Nilo Peçanha" e do Colégio Comercial Estadual "Prof. Carlos Gomes", do qual foi o primeiro Diretor.

Foi um dos fundadores da Associação Educacional "Nossa Senhora das Dores", de Tomazina, que em convênio com as fundações "BAMERINDUS" e "São José", dá assistência a meninas carentes da região, proporcionando-lhes ensino básico.

Foi fundador da Biblioteca Pública Municipal "Dr. Getúlio Vargas", de Tomazina.

Sempre se revelou um idealista pelas obras do ensino.

Serventuário da Justiça durante 37 anos, iniciou sua carreira no início do ano de 1933, quando foi nomeado Escrevente Juramentado do Ofício do Registro Civil da Sede da Comarca de Tomazina, ocupando, posteriormente, como titular, todos os Ofícios e Escrivanias de Justiça da mesma Comarca, exercendo, finalmente, o cargo de Escrivão do Cível da Comarca de Wenceslau

Braz, onde encerrou a carreira cartorária, aposentando-se em meados de 1970.

Auxiliado pelos familiares, exerceu o comércio por quase meio século, no período de 1940 e 1989 na tradicional "Loja do Norte", em Tomazina.

Nomeado pelo saudoso interventor Manoel Ribas, exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Tomazina, em dois períodos: de 18/mar/1943 a 19/nov/1945 e de 21/mar/1946 a 05/dez/47, tendo sucedido ao Prefeito Ramuldo Moura e sendo sucedido pelo Prefeito Benedito Correia Machado. Dentre obras de sua gestão, construiu a Praça "Coronel Joaquim Tomaz".

Foi Vicentino e Provedor do Hospital São Vicente de Paulo de Tomazina, do qual foi um dos fundadores.

Por toda sua vida revelou-se dedicado e incansável defensor das causas públicas, buscando melhores condições de vida nos municípios de Tomazina e região, exercendo papel de destaque na liderança de movimentos que trouxessem quaisquer benefícios para a região, muitas vezes em detrimento de seus negócios e de sua família.

Foi trabalhador incansável. Trabalhou junto à comunidade e bases políticas no empenho do asfaltamento da Rodovia Tomazina/Salto do Itararé, passando por Siqueira Campos. Vários contatos foram feitos em Curitiba com políticos da época. Liderou um "abaixo-assinado" colhendo milhares de assinaturas na comunidade tomazinense e circunvizinhas, que pesou sobremaneira junto à Assembléia Legislativa e Governo do Paraná para o asfaltamento da referida Rodovia, à qual se pretende, em merecida homenagem, dar seu nome.

Faleceu em Tomazina, em 31 de agosto de 1989.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 431/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Estado destinará, deduzidos os prêmios e as despesas operacionais, cinquenta por cento do produto da arrecadação de concursos de prognósticos de números aos Municípios, para programas de assistência social e de apoio ao esporte amador.

Art. 2º - Os critérios de proporcionalidade para distribuição dos recursos referidos no artigo anterior serão os seguintes:

§ 1º - A Distribuição aos municípios dar-se-á na proporção do índice de sua população comparada com a população do Estado do Paraná.

§ 2º - A aplicação pelos municípios

dos recursos previstos no artigo 1º. em programas de assistência social e de apoio ao esporte amador, obedecerá lei municipal específica, cuja cópia deverá ser remetida ao Tribunal de Contas do Paraná.

§ 3º - A nenhum município será destinado índice superior a 10% (dez por cento) do total dos recursos objetos desta lei.

Art. 3º - A empresa ou órgão responsável pela administração dos concursos de prognósticos de número do Paraná deverá apresentar, através de publicação no Diário Oficial do Estado, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente, o produto desta arrecadação do mês anterior.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Fazenda fará publicar anualmente, no Diário Oficial do Paraná, os índices de participação dos municípios no resultado dos concursos de prognósticos de números.

Art. 5º - O fornecimento dos números referentes à população dos municípios do Paraná, à SEFA, será efetuado pelo FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou órgão estadual competente.

Art. 6º - Competirá ao Tribunal de Contas do Paraná a verificação da correta aplicação pelos municípios dos recursos desta lei. O Tribunal de Contas poderá emitir normativa orientadora da forma de recursos da aplicação destes recursos.

Art. 7º - Caberá ao Banestado (Banco do Estado do Paraná S/A), o repasse automático dos recursos aos municípios obedecendo os índices determinados pela SEFA.

§ 1º - Aberta a conta corrente para recebimento destes recursos, esta deverá ser informada à SEFA.

§ 2º - A liberação dos recursos aos municípios deverá ser mensal e não poderá exceder a 02 dias úteis da data prevista da publicação do produto da arrecadação.

§ 3º - Ocorrendo atraso no repasse será cobrado multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido além de correção diária pela taxa oficial da inflação.

A multa e correção incidirá também sobre a empresa ou órgão responsável pelos concursos de prognósticos de números, caso esta seja a responsável pelo atraso.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor até 60 dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A ação social e o apoio ao esporte amador devem ser descentralizadas o mais possível. Nos nossos municípios é que a vida se desenvolve, devendo aí estar os recursos e a decisão de melhor utilizá-los. A presente lei regulamenta o artigo 175 da Constituição, vem a dar aos municípios o direito de receber os recursos que

lhe são devidos. Objetiva a mesma o disciplinamento dos critérios de distribuição e nos demonstra, que o mais justo é o percentual de representação da população dos municípios em relação a do Estado, pois é este povo que adquire estes prognósticos e também é carente da ação social da Prefeitura. Limitar em até 10% (dez por cento) o máximo que um só município possa receber, tenta evitar a concentração da arrecadação em poucos e densamente populosos municípios.

Evitar a demora do repasse destes recursos, bem como da informação do resultado dos prognósticos, demonstra a condição de eficácia do Sistema e sua transparência.

Deixar aos municípios a definição do quanto aplicar em cada área específica é acreditar nos municípios e no bom senso de seus parlamentares, frente a necessidade da sua população.

A supervisão do Tribunal de Contas garantirá a correta aplicação dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente, passamos ao Pequeno Expediente.

No Pequeno Expediente não há oradores inscritos.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Brasil vive um momento de discussão do entendimento nacional.

E, mais uma vez, nós estamos assistindo que a proposta de entendimento nacional visa unicamente tirar ainda mais dos direitos, das conquistas que a duras penas os trabalhadores brasileiros conquistaram, quando da Constituição de 1988.

Diz, e queremos que se dê conhecimento ao Congresso Nacional deste trabalho, destes estudos que fizemos a respeito desta proposta do Governo Federal, relativo ao entendimento nacional e os trabalhadores brasileiros. (Lê):

"O Governo Federal do Brasil, destituído de sustentação política e fulminado por crises administrativas internas que inviabilizam a atuação dos vários ministérios, propõe o "entendimento nacional".

A ideia seria até louvável se os princípios e meios objetivassem realmente alterações estruturais pelo bem comum da Nação. Entretanto, o que se vê é a proposta do "entendimento" sendo levada através de setores da economia representativos do capital oligopolista internacional e grupos políticos que há muito protagonizam a crise moral deste País, aos quais o Governo se alia em busca de uma nova composição de suas forças.

"Pactos" ou "entendimentos" não são criação tupiniquim. os países escandinavos já buscavam este tipo de solução para suas crises pelos "Acordos Bávaros Nacionais", no final do século 19.

Na história recente, o modelo mais invejado é o espanhol, inaugurado pelo "Pacto de Moncloa", em 1977, cujos efeitos, porém, não podem ser mascarados: nos anos de 1984 e 1985 a taxa de desemprego na Espanha era a maior do mundo industrializado e os seus reflexos políticos foram auspiciosos tão somente aos segmentos acumuladores de capital.

Hoje, no Brasil, se propõe um "entendimento" até de características peculiares, caso se mantenha a forma atual de sua condução, excluindo da sua elaboração os trabalhadores.

Efetivamente, as duas classes envolvidas na sua construção, "políticos" e "empresários", tentam reverter as conquistas sociais promovidas pelas esquerdas na Assembleia Nacional Constituinte, e o fazem por meio de pretensa "emenda" à Constituição Federal que altera o estatuto jurídico da condição política nacional, ou seja, operam na "superestrutura" do Poder, a que os trabalhadores não têm acesso, cuja urdidura é célere e sem comoção social.

Evitam a correlação de forças e não confessam que esta atuação a nível legal, no mérito e na forma, é igualmente um golpe de Estado, pois tramam por emenda até direitos fundamentais, o que é constitucionalmente vedado.

Diante da confessada falência administrativa através dos poderes institucionais, até porque o Congresso perde por imobilismo a oportunidade de dicção dos rumos nacionais, o Governo propõe a renovação da edição de um pacto social e aposta na participação destes segmentos, mas, em verdade, compromete a legitimidade e representatividade do foro que cria.

Na sua forma de composição, este entendimento tende a atribuir os maiores ônus à classe trabalhadora, que, apesar de constituir a grande maioria populacional em benefício de quem deveria voltar-se a atuação estatal, estaria minoritariamente representada, ou pelo que se vê, até excluída, neste sistema deliberativo que contempla uma condição que existiu no período pré-revolucionário francês, onde, o "Terceiro Estado", que representava no Parlamento o povo e a burguesia, então incipiente, pelo "voto de ordem", uma espécie de "voto em bloco", tinha de embater-se com os votos da nobreza e do clero representados.

No "entendimento nacional" proposto a população trabalhadora do Brasil estaria nesta situação, pois sua representação neste "pacto", cuja formação tradicional

seria triangular, envolvendo "políticos-governo-trabalhadores", estaria prejudicada. Necessário, portanto, que a proposta do "entendimento nacional" venha acompanhado de critérios previamente definidos quanto a forma de sua atuação e de condições que salvaguardarem as conquistas sociais da população trabalhadora brasileira.

Qualquer coisa diferente disso implicaria a classe trabalhadora entrar num jogo em que arriscaria todos os seus anos de luta em um confronto desigual e de "cartas marcadas" pois da forma com que se constrói este "entendimento nacional", o que se antevê é a atribuição dos maiores ônus à classe trabalhadora.

O capital sempre buscou preponderar-se ao trabalho, e utiliza-se dos mais variados meios - inclusive a dominação do aparelho estatal - para assegurar a manutenção desta realidade.

O projeto neoliberal de Collor de Mello, determina uma desvalorização flagrante do valor do trabalho - e, por conseguinte, da classe trabalhadora - em proveito da acumulação do capital por segmento minoritário da sociedade.

A partir daí, evidencia-se que a proposta de entendimento não se justifica caso não signifique também uma revisão da postura ideológica do Governo que até agora prestigiou o projeto neoliberal. Daí justifica-se, aliás, tanta mobilização do empresariado: certamente as alterações a serem propostas serão do proveito mais do capital do que do trabalho.

Os segmentos conservadores da sociedade civil organizada, preponderantemente estes setores da economia ligados ao capital internacional e seus representantes no Poder Público, propalam à Nação, na tentativa de ganhar a sua aprovação, ou ao menos a sua não reação contrária, soluções imediatistas, conjunturais, como panacéia dos problemas nacionais; na verdade, representam passos calculados na consolidação de uma sociedade de exploração capitalista. Daí a necessidade do estabelecimento prévio das condições de seu funcionamento e salvaguardas à classe trabalhadora, como condição fundamental se desejarem a sua participação.

A proposta de entendimento nacional, na forma com que hoje se encontra, - uma nova versão dos vários pactos sociais já propostos e já frustrados - certamente, por sua origem e correlação de forças envolvidas, implica prejuízos à classe trabalhadora, basicamente por não importar em mudanças estruturais da sociedade, mas, tão somente, acomodações conjunturais no interesse da elite orgânica dominante.

Assim, a dúvida se resume a "caminhar

para o patíbulo ou não?" Aderir ou não ao entendimento nacional. Certamente, a classe trabalhadora deve amadurecer a questão nas suas instâncias mais legítimas. Pelo que se antevê, porém, e mantidas as atuais condições da proposta, é mais uma armadilha à população trabalhadora do Brasil. O fomento da atividade empresarial, que deverá ser o cerne das discussões e que deverá ser proposta por meios que, em última análise, possibilitam a acumulação de capital, será colocado como solução da situação de miséria da classe trabalhadora através da reedição da máxima cínica "aumentar-se o bolo para depois dividi-lo. Na verdade, por ação dos empresários, o "bolo" até que aumentaria; mas o "Estado Anti-Social", o "Estado Acumulador" impede que aconteça e o PIB cai.

Acho que a classe trabalhadora não vai cair neste "canto de sereia"; e não vai se deixar levar pelos "sindicalistas" capachos do Governo. De tanto esperar o bolo crescer, morreu de fome e não o teve dividido; é que na visão capitalista este "bolo" nunca está suficientemente grande para permitir a sua divisão. A participação no "entendimento nacional", na sua atual forma proposta e sem quaisquer salvaguardas às conquistas dos trabalhadores, deve ser repudiada, pois o foro que se monta é por demais grave para ser legitimado pelos trabalhadores que correm o risco de ver extintas muitas das suas conquistas mais significativas; devem, aliás, mobilizar-se para resguardar as suas conquistas".

E quando se propõe, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o entendimento Nacional, visa-se exclusivamente a derrubada dos direitos adquiridos, a duras lutas pela classe trabalhadora, como uma aposentadoria especial, como direito à estabilidade, como direito à previdência, como direito a fundo de garantia, como direito à estabilidade do trabalhador, que lutou e teve esses direitos assegurados pelo Congresso e de fato previa um futuro mais promissor para a classe trabalhadora. Lamentavelmente nós vemos uma preocupação no momento em que o Governo do Brasil mostra a incompetência de administrá-lo, tentar mais uma vez vorazmente atacar apenas os direitos e a conquista da classe trabalhadora. E nós estamos encaminhando, porque sabemos que é proposta uma revisão à Constituição Federal em 1993, estamos encaminhando a esta Casa requerimento no sentido de que este Plenário se posicione contra esta proposta de antecipação de reforma à Constituição brasileira, com o objetivo único e exclusivo de massacrar os parques e poucos direitos reconhecidos pelos direitos constituídos e, hoje a crise institucionalizada no País não é de responsabilidade do trabalhador porque não

está sendo o trabalhador quem administra as estatais, não está sendo o trabalhador quem administra o INSS e tantos outros que a cada dia se demonstra e se joga a população brasileira às corrupções impostas e que não o são pelos trabalhadores. Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o nosso requerimento apresentado hoje a esta Casa, requer, oficialmente, aos Deputados Federais e Senadores eleitos pelo Paraná, para posicionamento contrário à proposta de emenda constitucional, como está sendo proposta pelo Governo Federal se uma discussão com a classe trabalhadora ou com as instituições que a representam - que são os seus sindicatos. Que façamos, de fato, o entendimento nacional que é o que o Brasil espera, que achemos uma solução para os problemas deste país. Mas não é roubando do trabalhador aquilo que ele tem conquistado a duras penas.

Por isso, nós trazemos a esta Casa hoje, a nossa preocupação, a preocupação com certeza do Paraná, em relação a esse pedido de urgência na discussão desse entendimento nacional.

(O requerimento lido já foi apresentado em Plenário e levou o n° 2456).

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esperamos ver, neste requerimento aprovado nesta Casa e enviado aos nossos representantes no Congresso Nacional, demonstrando a preocupação deste Parlamento, com as decisões precipitadas: sem discussão com a classe trabalhadora, sem discussão com a sociedade organizada, objetivando - tão simplesmente, retirar essas conquistas que mais uma vez voltamos a frisar, foram adquiridas a longas penas e numa luta de longos anos.

Esperamos que a Assembléia Estadual do Paraná, se manifeste, favoravelmente, demonstrando o seu apoio à classe trabalhadora e a sua preocupação, no momento de uma proposta preocupante e de consequências desastrosas para aqueles que são maioria e que hoje vivem embaixo de ponte ou ganhando um mísero salário-mínimo, que vivem a miséria que a cada dia cresce mais neste País. E, temos certeza, que se aprovadas as emendas como estão, o sofrimento desses trabalhadores será maior ainda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência tem a satisfação de comunicar a visita de Dom Bertrand D'Orleans e Bragança, membro da família imperial brasileira, que por muitos anos residiu no Paraná, precisamente na cidade de Jacarezinho. Esta visita muito nos honra porque é descendente de Dom Pedro II, quando o Brasil atingiu uma das fases mais progres-

sistas de sua História.

Nós o recebemos com grande satisfação. Seguindo a tradição desta Casa, concederemos a palavra a Dom Bertrand D'Orleans e Bragança para cumprimentar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DOM BERTRAND D'ORLEANS E BRAGANÇA - Exmo.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Anibal Khury, Exmos. Senhores Deputados, minhas senhoras, meus senhores.

É com muita satisfação que dirijo a palavra nesta Assembléia Legislativa do meu Paraná querido, onde passei os melhores anos de minha vida. Com efeito, passei toda a minha infância no Norte do Paraná, na cidade de Jacarezinho, como aqui já foi dito. Aqui volto hoje, depois de várias outras viagens ao Paraná, evidentemente, mas numa viagem que faz parte de um trabalho de conscientização da população, tendo em vista o plebiscito que foi convocado para 1993 pelo ato das Disposições Transitórias, artigo 2º, em que todos os brasileiros deverão ir às urnas para se definir se querem de fato continuar com a atual República Presidencialista, se querem passar para uma República Parlamentarista, ou se preferem retomar as linhas da História que, a meu ver, nunca deveriam ter sido abandonadas, da Monarquia Constitucional e Parlamentar.

Com efeito, o período áureo, como disse ainda há pouco o Deputado Anibal Khury, de nossa História, foi certamente a Monarquia Parlamentar. No tempo do Império tivemos o mais longo período de estabilidade constitucional. Nós tivemos um Parlamentarismo autêntico, porque exatamente havia aquilo que é condição da autenticidade do Parlamentarismo, que é o fato de haver um chefe de Estado, numa posição suprapartidária e equânime com relação às várias correntes políticas. E que garantia, sobretudo, que a vontade popular no Poder Legislativo, que é exatamente aquele Poder que é chamado a plasmar o futuro da Nação, pela sua legislação, havia o respeito da vontade popular e o Governo que era exercido através de um Primeiro Ministro, integradamente com o gabinete de Ministro, era da confiança ao mesmo tempo do Chefe de Estado e, ao mesmo tempo, do Parlamento. Com isto de dava exatamente uma verdadeira simbiose entre os vários Poderes da Nação, o que nos garantiu exatamente durante todos os 48 anos do longo período do Segundo Reinado de Dom Pedro II, durante todo este período tivemos uma autenticidade do Parlamentarismo, uma autenticidade para o Poder Legislativo, incomparavelmente superior ao regime republicano posterior.

Não tínhamos, como se observa conti-

nuamente hoje, uma intervenção de cima para baixo do Presidente da República, Chefe de Estado, ao mesmo tempo Chefe do Governo, sobre o Parlamento com medidas provisórias, que são verdadeiros decretos-leis e com tantos outros tipos de pressão como vemos. Hoje há pouco ainda falou-se dos mil e quinhentos novos canais de rádio e televisão exatamente para quê? Para serem distribuídos para os apaniguados do Governo, tendo em vista a preparação da sucessão presidencial.

Isto naquele tempo não havia, porque havia um Chefe de Estado respeitado por todos, aceito por todos, considerado por todos, que tinha exatamente esta virtude de ter uma posição equânime com relação às várias correntes políticas. É por isto que Dom Pedro II garantia alternância no Poder, fossem eles os conservadores ou os liberais, de tal forma que se evitava a formação de um partido único, a formação de uma hegemonia, de uma corrente partidária, pelo contrário, tínhamos exatamente esta segurança de que não haveria intervenção do Chefe de Estado.

Isto proporcionou ao Brasil certamente o período de sua História. Tivemos um progresso genuíno e autêntico durante todo Império, nós podemos dizer que 1.889 nós éramos um País do 1º mundo, nós tínhamos a Segunda Armada de Guerra do Mundo. Nós fomos o segundo país do mundo a adotar o telefone, o segundo país do mundo a ter um selo postal, nós tivemos as maiores redes telegráficas e ferroviárias do mundo, nosso primeiro cabo submarino que nos ligava a Europa era nosso, nós tínhamos sobretudo aquilo que é considerado como reflexo, como espelho do regime, nós tínhamos uma moeda perfeitamente estável. Durante todo o Segundo Império o padrão da nossa moeda foi estabelecido em 1.846. Nossa moeda, o mil réis naquele tempo valia 27 pence por um mil réis, padrão da época era a libra esterlina. Em 1.889, isto é, 43 anos depois nossa moeda valia 27 pence e 3/4, isto é, a libra esterlina havia caído um pouquinho e a nossa moeda se manteve perfeitamente estável, era moeda de ouro e prata, a mesma quantidade de ouro a mesma quantidade de prata continuava nas nossas moedas.

Poderão me objetar, os tempos eram outros e eu respondo, não, o regime era outro. Já com a República, nos primeiros 45 dias nós tivemos de 15 de novembro de 89 a 31 de dezembro, tivemos 11% de inflação. No ano de 1890 tivemos 41% de inflação. Em 1.891 50% de inflação e aí começou a degingolada da nossa moeda a ponto que hoje nós estamos na casa dos treze trilhões por cento de inflação, desde a Proclamação da República até hoje.

Nós tínhamos além disso a distribuição

salarial incomparavelmente superior a distribuição atual. As classes menos favorecidas recebiam muito mais. Para que considerem a escala salarial do Império comparativamente com a escala salarial de hoje, passo a dizer que o menor salário do tempo, do trabalhador manual sem nenhuma especialidade, era de 25 mil réis. 25 mil réis em moeda atual, equivaleriam a cento e vinte e três mil cruzeiros. É muito fácil fazer a conversão: uma moeda de dez mil réis tinha 9 gramas de ouro puro, vinte e cinco mil réis são duas moedas e meia de dez mil réis, portanto, dois e meio vezes nove dá vinte e dois e meio, vezes cinco mil e quinhentos cruzeiros, que é o valor de um grama de ouro, nós temos cento e vinte e três mil e quinhentos cruzeiros em valores atuais.

Logo acima, vinha o salário de um servente de pedreiro, carpinteiro, marceneiro, ou o que fosse: quarenta e cinco mil réis, eram quarenta gramas de ouro puro, seriam hoje cerca de duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros; depois o salário de um contínuo, de um escriturário: cinquenta mil réis; de uma professora primária - essas sacrificadas, verdadeiras sacerdotizas do ensino, que por puro idealismo ainda continuavam a ensinar - naquele tempo ganhavam sessenta mil réis, que equivaleriam a sessenta gramas de ouro, ou a trezentos e trinta mil cruzeiros nos valores atuais, uma professora primária. O professor de curso secundário, que era escala acima, oitenta e um mil réis, setenta e cinco gramas de ouro, dariam mais de quatrocentos mil cruzeiros e assim é a escala: professor universitário cento e sessenta e sete mil réis; promotor, juiz, desembargador, almirante, deputado e senador, o salário mais alto - senador - trezentos mil réis, apenas doze vezes o menor salário.

Vejam, havia uma proporcionalidade na escala salarial.

Havia da parte do Chefe do Estado, D. Pedro II, uma preocupação com o futuro da Nação. O ensino tinha a primazia nos interesses do Estado. D. Pedro II dizia sempre, não fosse Imperador quisesse ser mestre de escola. D. Pedro II fazia questão, todo o ano, de participar da banca examinadora do Colégio D. Pedro II, que era o Colégio padrão do tempo para, exatamente, não só avaliar o desempenho do corpo docente daquele estabelecimento que era o modelo do resto da Nação, mas também para dar o exemplo a todos os professores e a todos os pais, do empenho que se deve ter no ensino das gerações futuras, daqueles que devem construir o país do futuro.

D. Pedro II quando visitava uma cidade, a primeira coisa que fazia era visitar a igreja, e logo a seguir ia à escola, onde ele argüia o melhor aluno e o mais fra-

co dos alunos, para exatamente avaliar o desempenho do corpo docente. Por quê? Porque ele queria exatamente, fazia questão de manter padrão do ensino. A tal ponto foi assim que quando D. Pedro foi declarado maior de idade, quando ele tinha 15 anos incompletos em 1.841, havia no Rio de Janeiro 14 escolas públicas e 16 privadas.

Já em 1860 havia no Rio 3.516 escolas. Em 1889 havia no Rio de Janeiro 7.500 escolas, numa cidade de menos de um milhão de habitantes, trezentos mil estudantes. Isto é, um índice de alfabetização, um número de estudantes muito superior ao que nós chegamos hoje em dia, e a tendência era exatamente a favorecer o estudo, favorecer o ensino em todo o Brasil.

A monarquia era um regime que procurava inspirar-se naquilo que é a célula básica da sociedade, que é a família e que procurava criar na Nação a consciência de que nós somos uma grande família com destino em comum a ser realizado. Graças a esse regime, o Brasil tinha uma credibilidade no conserto das Nações, tinha um prestígio no conserto das Nações que por diversas vezes nós fomos convidados a servir como árbitros em questões internacionais entre países hispano-americanos e países europeus ou até entre países, entre dois Estados da Federação norte-americana, quando era preciso um júri confiável pelas duas partes, era exatamente nosso chefe de Estado, era D. Pedro II que era convidado a arbitrar as questões internacionais.

Isto nos deu exatamente um regime que se caracterizava por, dentro de uma amplíssima liberdade, uma completa estabilidade, uma unidade nacional e a consciência de que nós éramos uma grande família com destino em comum a ser realizado. Isto proporcionou, como lembrou o Presidente desta Assembléia Legislativa, o período áureo de nossa história.

A república foi proclamada em consequência de um golpe de Estado de uma minoria de militares que, num primeiro momento apenas quis render o guarda do gabinete do Visconde do Rio Preto, mas depois, por meio de artifícios, conseguiram levar o General Deodoro da Fonseca a assinar o Decreto n.º 1 da República, que dizia textualmente o artigo 1.º estar provisoriamente proclamada a República Federativa do Brasil. E no artigo 7.º do Decreto n.º 1 se prometia à Nação, já naquela ocasião, um plebiscito para que os brasileiros pelo sufrágio popular, pudessem dizer se de fato queriam a República ou se preferiam continuar com a Monarquia.

Entretanto, sentindo a própria debilidade, essa República, longe de convocar esse plebiscito, já em dezembro de 1889 no seu Decreto n.º 85 - que os cariocas, com sua mania de colocar apelido em tudo, ape-

lidaram de decreto (?) - puseram fora da lei os monarquistas.

E as sucessivas Constituições Republicanas estabeleceram a cláusula, uma cláusula, um dispositivo constitucional, que proibia toda e qualquer articulação que visasse a modificação da fórmula republicana de Governo, portanto, que visasse a restauração da monarquia.

Se houve no Brasil quem tivesse seus direitos políticos cassados, fomos nós monarquistas. Sobre nós pesava um verdadeiro "apartheid" político. Nós tivemos nossos direitos políticos limitados, cassados, éramos proibidos de nos organizarmos politicamente durante exatamente 99 anos. Nós só voltamos a ter a plenitude dos nossos direitos políticos a partir do dia 5 de outubro de 1988, quando entrou em vigor a atual Constituição. Essa suspensão, a revogação das limitações dos nossos direitos políticos, se deram na carta enviada por meu irmão, chefe da Casa Imperial, Príncipe de Bragança, a todos os Deputados e Senadores Constituintes, mostrando a incoerência que havia num momento de abertura política, em manter a limitação dos direitos políticos dos monarquistas, manter os monarquistas num verdadeiro "apartheid" político num momento em que se dava liberdade para absolutamente todas as correntes políticas.

Quando o anteprojeto que tinha reintroduzido essas limitações dos nossos direitos políticos foi votado, e quando esse item que limitava os nossos direitos políticos foi votado, esse artigo da Constituição foi votado, esse artigo teve uma derrota, a mais radical possível, foi revogado por uma maioria amplíssima. Inclusive o PCB votou pela revogação da cláusula "pétrea" e fato interessante: a exposição de motivos do voto do PCB foi exatamente baseado no argumentado pelo meu irmão nessa carta, em que ele lembrava aos Deputados da incoerência que havia durante a abertura política de manter a limitação dos direitos políticos dos monarquistas.

Não só os Deputados e Senadores Constituintes revogaram essas limitações dos nossos direitos políticos, portanto, restabeleceram os nossos direitos políticos, mas também, em consequência de uma petição popular de mais de 40 mil assinaturas, convocaram finalmente o plebiscito que havia sido prometido no art. 7º do Decreto nº 1 da República, o Decreto de Proclamação da República.

Com isso, nós temos a possibilidade de retomar as vias de nossa história, que nunca deveriam ter sido abandonadas, de retomar um regime que possa garantir à Nação a sua unidade, a sua estabilidade e a sua continuidade, como foi nos bons tempos do século passado.

E é por isso, exatamente, que há um número crescente de brasileiros que juram que, no atual impasse institucional, a única solução seria exatamente restaurarmos a Monarquia. A "Folha de São Paulo" publicou recentemente, na quinta-feira passada, uma pesquisa de opinião sumamente interessante, feita em 156 das principais cidades do País, em que mostrava a evolução do pensamento monárquico. Numa pesquisa feita pela própria "Data-Folha", no início do mês de maio, fim de abril, o resultado havia sido a favor da Monarquia em nível nacional. Depois, em meados de maio, uma segunda pesquisa chegou a 15%; e agora uma nova pesquisa, segundo a qual nós temos 20%, sendo um fato pitoresco que, dos militantes do PT que foram consultados, 28% se manifestaram pela Monarquia; e dos militantes do PTB, 32% se manifestaram pela restauração da Monarquia. Isso está publicado na "Folha de São Paulo", que está ao acesso dos Deputados que quiserem ver, que eu tenho um recorte na minha pasta e posso dar esses resultados do "Data-Folha". Por quê? Porque os brasileiros têm saudades dos bons tempos em que havia ordem, em que havia prestígio, em que havia honra, em que o Brasil era respeitado, em que havia uma distribuição salarial superior à atual, em que nós tínhamos um regime que nos garantia a moralidade nacional.

O Imperador, constitucionalmente, tem incomparavelmente menos poder do que qualquer Presidente da República. Nunca, numa Monarquia, se poderia imaginar que, numa canetada, se confiscassem as economias de todos os brasileiros, como nós vimos há pouco.

O Imperador, o Monarca, o Rei, a sua principal missão é a de ser o símbolo vivo da Nação, a encarnação da virtude do seu povo, um exemplo que sustenta, que inspira e sustenta a toda a população - isso em primeiro lugar. Em segundo lugar, é o natural defensor do seu povo; em terceiro lugar, aquele que indica os grandes rumos para a sua Nação. Mas quem governa efetivamente, é o Primeiro Ministro, que é da confiança do Chefe de Estado e da confiança do Parlamento, o que proporciona uma representatividade popular muito mais autêntica, muito mais segura, muito mais estável do que o regime atual.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Muito essencialmente, muito resumidamente, o que eu teria a pedido, dentro do tempo que me foi concedido pelo nosso nobre Presidente, que eu teria a expor aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Estado com o qual tenho tantos vínculos por ter passado nele os melhores anos de minha vida.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a sessão por cinco minutos, para que os Senhores Deputados possam cumprimentar Dom Bertrand D'Orleans e Bragança.

(É suspensa a sessão).

Está reaberta a sessão.

Com a palavra, no Horário das Lideranças, a representação do PMDB.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PRN.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (Pela Ordem) - Eu gostaria de registrar nessa Casa a presença do Prefeito de Palmas, Dinorvan Carraro e Otarcílio, Presidente do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrada.

Com a palavra, o Senhor Deputado Lourenço Fregonese, do PRN.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, nobres Pares.

Passados os momentos mais intensos vividos por esta Casa e por nós na última sessão, penso ser oportuno reiterar observações por mim feitas desta tribuna, a propósito da mensagem de reajuste salarial em favor do servidor público da administração dos portos de Paranaguá e Antonina.

Inicialmente desejo manifestar a esta Casa de Leis a minha estranheza quanto ao fato do reajuste aludido ter transitado por esta Assembléia. A partir da década de 70, este fato deixou de acontecer. Por quê?

Permitam-me que lhes diga por quê.

Desde que a APPA em função da legislação federal em vigor ainda - Lei nº 4860/65 - se viu pressionada a instituir um quadro de pessoal sobre o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (introduzido pelo Decreto nº 2680/72), que tornou em extinção antigo quadro estatutário, o dimensionamento, redimensionamento e todas as alterações de chefias ou criação de novos cargos, passou a ser feito pelo Governo do Estado na sua condição de concessionário, mas só entrava em vigor e era reconhecido se o Ministério dos Transportes, através dos extintos DNEVN e PORTOBRÁS, os aprovassem.

Nenhuma alteração poderia ser feita, em nada se poderia mexer se não houvesse por parte do Governo Federal uma autorização explícita.

Os portos faziam parte de uma política nacional e essa política estabelecia o regime tarifário e as despesas de custeio, onde estão localizadas as despesas de pessoal. Esse cuidado tinha por escopo evitar desmandos de administradores e, ao mesmo tempo, estabelecer uma política de custos atraentes aos usuários dos portos.

Então, a partir de 1972, todos os reajustes, reposições ou aumentos passaram a ser concedidos pela PORTOBRÁS sem que houvesse a necessidade desta Casa ser ouvida. Até porque a receita portuária era entendida como federal.

Os Tribunais de Contas da União e do Estado que sempre fiscalizaram a APPA jamais criaram qualquer óbice por causa desse "modus operandi" dos portos.

Porque quando ocorria qualquer discordância por parte da fiscalização federal, ao final de cada exercício, o resultado da exploração comercial era alterado pela aposição de glosas. Isso ocorria muito com despesas com material permanente, mas também com despesas de pessoal não aceitas.

Esses eventos estão registrados na APPA e por causa disso, muito do capital investido deixou de ser reconhecido em favor do Governo do Estado.

Faço essas considerações porque realmente estou surpreso com o fato desta Casa ter de apreciar o reajuste salarial aos servidores da APPA.

Mas já que Sua Excelência o Governador Roberto Requião, entendeu adotar esse procedimento, eu me encorajei, - vejam bem os Senhores - apresentar uma emenda, que antes de defender os interesses da categoria defendia o Governo do Estado do risco de pagar duas vezes.

Ora, Senhores Deputados, a questão salarial que deu aos 30,8%, por nós aprovados se encontra sub-judice e esses 30,8%, ajudaram a evitar uma greve em Paranaguá que estava prestes a eclodir, tal o estado de insatisfação de todos os portuários da APPA.

Uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho, reconhecendo uma defasagem salarial dos portuários dos portos de Paranaguá e Antonina, autorizou uma correção de 128%, nos salários de maio e mais 4% de produtividade.

Com um crédito de 132%, os portuários que enfrentam uma das mais sérias crises financeiras desde 1972, com dívidas de toda ordem e sem crédito na praça, como eu disse estavam prestes a entrar em greve. Pressionada, a APPA, através de seu superintendente, depois de duas reuniões em Assembléia, acordaram num reajuste de 30,8%, com a categoria.

A emenda acima, mais do que preservar o direito dos portuários, cuja proteção nos é imposta por dever de ofício, amarra-

va à decisão do Tribunal do Trabalho o percentual de 30,8%, que seriam deduzidos dos 132%, setenciados.

O PMDB, infelizmente, no afã de agradar ao Governador, não entendeu assim e agora o Estado do Paraná como concessionário corre o risco de pagar além dos 132%, deferidos pelo Tribunal do Trabalho, essa correção de 30,8%, por nós votados. Até porque, quem paga mal, paga duas vezes".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois assuntos da maior importância me trazem à tribuna neste momento.

Primeiro, porque acabamos de chegar a esta Casa vindo da Prefeitura Municipal de Curitiba, onde neste momento Sua Excelência o Prefeito Jaime Lerner está lançando o maior projeto habitacional da história de Curitiba e, quem sabe, de todo o País. Todos têm conhecimento de que Curitiba tem sofrido bastante invasões de áreas já pré-determinadas para implantação de projetos habitacionais. Mas que lamentavelmente, um desses projetos acabou ficando por ora inviabilizado, em função da invasão que ocorreu na madrugada do último dia 07 de setembro. Já vinha o Prefeito, já vinha a sua administração trabalhando no sentido de viabilizar, de fazer com que a fila da COHAB, mesmo sem recursos a nível Federal pudesse esta fila andar, pudesse se encontrar a nível de Curitiba uma solução para a habitação, uma solução para a moradia mais popular para este povo que tem migrado do interior do Estado. Existem muitas dificuldades, no entanto, repito, sem este recurso a nível federal conseguimos nos primeiros dois anos de mandato assentar aproximadamente 13 mil famílias na Capital do Estado com loteamentos populares e com conjuntos implantados pela COHAB. E todo o Projeto já está sendo feito desde o início da minha gestão e do Prefeito Jaime Lerner.

O êxodo rural, a expulsão do trabalhador lá do campo, a vontade de vir para a cidade grande tornou Curitiba uma cidade completamente inchada e com inúmeros problemas. Daí a luta do Prefeito muito mais em cima da sua criatividade que propriamente em cima de recursos encaminhados para a questão da habitação.

E no dia de hoje, neste exato momento, o Prefeito Jaime Lerner está mostrando para a imprensa de Curitiba, do Paraná e do Brasil mais uma vez uma de suas soluções criativas para a questão da habitação.

Neste momento anuncia Sua Excelência que aproximadamente 50 mil famílias terão

a sua moradia na Capital do Estado do Paraná. Um Projeto arrojado, um Projeto de muita coragem, de muita determinação, repito, num momento em que o município não recebe nenhuma verba a fundo perdido, não recebe verba através da Caixa Econômica para viabilizar com mais rapidez a questão da habitação.

Áreas enormes foram desapropriadas na região, especificamente, do Sítio Cercado. Lá vai nascer um novo bairro, lá já existe além da BR-116 uma nova Curitiba que poucos dos Senhores talvez conhecem. Lá existe uma outra Curitiba: a Curitiba dos paranaenses expulsos pela mecanização da lavoura e que acabaram vindo para a grande cidade. E, aqui, de uma maneira ou de outra sobreviveram em péssimas condições. Mas toda a infra-estrutura, toda preocupação neste sentido a Prefeitura Municipal de Curitiba tem colocado à disposição.

Por isto que neste momento venho aqui com muita alegria e com muita satisfação para solicitar para que conste nos Anais desta Casa este momento histórico que vive a Capital paranaense, quando o Prefeito anuncia a solução para a fila da COHAB, para aqueles carentes, para aqueles que não são aproveitadores, para aqueles que não são manipulados por interesses políticos, para aqueles que já invadiram uma outra área; e aí pega alguém da família mandando invadir a outra para garantir dois ou três lotes para a sua família.

Senhor Presidente nós estamos aqui com muita alegria e muita satisfação, nós que somos Curitibanos, independente da minha condição de vice Prefeito da cidade. Eu acho que nós devemos nesse momento nos unirmos nessa luta da Prefeitura de Curitiba, poderia ser outro Prefeito até, poderia ser o outro Prefeito, o importante que soluções estão sendo dadas pela cidade, no momento de crise pela qual passa o País, no momento em que, lamentavelmente, o Governo Federal não repassa verbas e os Municípios estão aí; hoje mesmo se anuncia pela imprensa que várias Prefeituras estão propensas a fecharem as portas, porque estão com dificuldades de sobrevivência e aqui na Capital do Estado todo esse contingente de pessoas que, muitos trabalhadores, a grande maioria trabalhadores, expulsos de suas terras pela mecanização, pelo progresso, pela tecnologia que já atingiu o campo sem possibilidades de sobrevivências nas suas pequenas cidades, vem para a grande cidade em busca de dias melhores.

O SR. ANTONIO COSTENARO - Me concede um aparte, nobre Deputado?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, meu caro Deputado Algaci. Realmente é um

momento de alegria para todos nós, quando Vossa Excelência vem na tribuna como vice-Prefeito de Curitiba, Deputado nesta Casa, nos trazer a notícia de que a Capital vai oferecer milhares de lares, residências para o povo que aí se encontra em baixo da ponte na verdade.

É importante que a Capital do nosso Estado, o potencial que tem, os recursos que tem, vem acolher os paranaenses que abandonam frustrados a agricultura na verdade e vem a busca das grandes cidades para sobreviver e sustentar a sua família.

Primeiro no passado, víamos no interior todo o dia os caminhões lotados de mudanças que iam para a Capital de São Paulo, para Campinas, para outras grandes cidades do Estado de São Paulo. Mas hoje, nós já temos orgulho de sermos paranaenses e ver acontecer nas grandes cidades como Londrina, Maringá e tantas outras grandes cidades, não suportando todos aqueles que a procuram espaço, procuram também a Capital onde recebem com carinho e com aqueles que, os homens públicos que administram o Estado, a Prefeitura no caso da Capital, faz com que o homem pode ter uma esperança, que na sua Capital ele vai poder viver dias melhores.

É a nossa Capital, o orgulho de todos nós paranaenses. Isso nos dá alegria e parabéns pelo seu pronunciamento e pela notícia que nos dá.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Deputado Costenaro.

Para encerrar Senhor Presidente, vou atender o apelo que me parece que o Deputado Neivo Beraldin havia pedido o aparte, lhe concedo o aparte nesse minuto que me resta.

O SR. NEIVO BERARDIN - Deputado Algaci Túlio, eu gostaria de cumprimentá-lo pela boa notícia que traz nesta tribuna na tarde de hoje. Nós estamos carentes realmente de boas notícias e evidentemente, quando é notícia que vai atender cinquenta mil famílias, com a sua casa, com o seu teto, evidente que todos nós, especialmente aqueles que militamos na vida pública, sentimos uma emoção muito forte, porque sabemos das dificuldades que têm essas pessoas que vêm do campo, das pequenas cidades, abandonados por uma criatividade maior no campo da industrialização, no campo de maior investimento na área da agricultura, faz com que Curitiba, seja a Capital brasileira que mais cresceu na última década.

Naturalmente isso traz um problema enorme para Curitiba e para a sua região metropolitana, porque o reflexo de Curitiba vem da região metropolitana e vai para

a região metropolitana.

Portanto, Deputado Algaci Túlio que traz uma notícia agradável, isto demonstra que a Prefeitura de Curitiba está bem no seu caixá e que tem uma prioridade, que é a prioridade da habitação.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado pelo seu aparte. Nós esperamos, agora, que o Governo do Estado cumpra a sua parte no que diz respeito à segurança destas áreas, através do apelo feito pelo Prefeito, no sentido de que estas áreas, agora, devam merecer o cuidado por parte da Polícia Militar, para que não venham a ser invadidas, inviabilizando mais um grande projeto de habitação, num momento de muita dificuldade.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consultamos à Liderança do PT se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedemos a palavra ao Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, companheiros companheiros estudantes.

Nós queremos aqui nesta Tribuna colocar a contradição que tivemos ontem, neste Parlamento.

No primeiro semestre, os trabalhadores, bancários do Banco do Brasil, estavam em greve, lutando por justiça e por um salário justo, quando foi apresentado um requerimento pelo vice-líder do PMDB. E tal requerimento foi aprovado.

Ontem, novamente apresentado um requerimento de apoio aos mesmos bancários, que não tinham seus direitos conquistados no primeiro semestre, este mesmo requerimento, com o mesmo teor, foi rechaçado, provavelmente por vício de origem: originou-se na Bancada do Partido dos Trabalhadores. E não era a vontade de alguns dos Senhores Parlamentares, que votaram contrariamente.

Hoje, a condição dos trabalhadores das estatais e a condição dos trabalhadores do serviço público, a nível federal, estadual e de vários municípios do nosso País é a pior possível.

Os trabalhadores são submetidos a um grande achatamento salarial. E, no entanto, durante as campanhas eleitorais todos nós, Parlamentares, vamos e dizemos a eles: "Votem em mim que eu os defenderei no Parlamento!"

Após a eleição, sequer votaram um requerimento de apoio a estes trabalhadores, que estão em luta. Sequer permitiram que um requerimento destes chegasse à administração pública a nível federal ou a nível

de Estado, colocando a situação em que eles se encontram. Preferem, simplesmente, a maioria dos Parlamentares, não são todos, ter o discurso de palanque de apoio à classe trabalhadora. E, na hora de votar um requerimento de apoio a esta classe trabalhadora não o fazem e votam contrariamente.

E, assim, esta classe trabalhadora, massacrada no dia a dia, sem condições de sobreviver, sem condições de pagamento de aluguel, passam a ocupar terrenos que estão vazios, na periferia da Cidade, na justiça da sua luta, porque nós entendemos que isto é ocupação. E não invasão. Pois, o terreno está lá desocupado justamente para especulação imobiliária, justamente para que aqueles que têm, cada vez tenham mais. Porque, se eles tivessem a necessidade da habitação, construiriam em cima daqueles terrenos.

Nós, do PT, cobramos esta contradição e esperamos que isto passe a não ocorrer mais, neste Parlamento. Que ele assuma a posição em defesa dos oprimidos, em defesa daqueles trabalhadores que mais precisam.

Se nós sabemos, hoje, que os trabalhadores não têm condições de pagar o transporte, de pagar o aluguel, de comprar a comida, no entanto os empresários e o setor da classe governante conseguem sobreviver obtendo lucros enormes, conseguem viver viajando para o exterior, e no entanto a esses, muitas vezes este Parlamento dá o apoio! É aquele menor, aquele que está lutando pelo seu direito, nem sequer este requerimento!

Em nome do PT nós queremos aqui dizer que apoiamos os trabalhadores em greve da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e do Banco Central. Pois a perda salarial destes trabalhadores é das maiores dos últimos anos. O Banco do Brasil e o Banco Central têm dinheiro para atender as reivindicações destes trabalhadores porque vivem financiando as falcatriuas dos usineiros do nordeste e vivem financiando os grandes empresários e os grandes proprietários de terras deste País! No entanto não financiam os pequenos! No entanto não atendem as exigências salariais destes trabalhadores! Essa é a posição do PT.

Concedo o aparte ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Gostaria de cumprimentá-lo por esta posição de coerência e registrar o meu apoio, o apoio do Partido Socialista Brasileiro ao seu pronunciamento, porque obviamente se caracteriza, de fato, de que, por ter sido um requerimento de iniciativa do PT, ele foi derrubado nesta Casa, se esquecendo que a coerência deve prevalecer nos trabalhos Parlamentares, porque aqui nós representamos a von-

tade do povo e não interesses de grupos. e não para atender a benesses de quem quer que seja!

Por isso me solidarizo com Vossa Excelência e também me coloco favorável à greve destes companheiros trabalhadores do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do Banco Central, porque, de fato, é sempre o trabalhador que paga o preço da incompetência e quando precisa de uma voz, neste Parlamento, são poucos que têm coragem de se posicionar como Vossa Excelência está fazendo.

Obrigado.

O DOUTOR ROSINHA - Agradeço a intervenção do Deputado Paulo Maia.

E, queremos dizer que o discurso de negociação e livre negociação que o Governo tem colocado ele deve partir de algumas premissas. No nosso entender não existe livre negociação para repor perdas salariais, ou se faz uma política salarial a todos os trabalhadores brasileiros e aí sim passa-se a negociar ganhos salariais e não negociar se vai haver uma maior ou menor perda salarial! Assim livre negociação é balela! O patrão com todo seu poder de opressão e de pressão, podendo demitir o trabalhador, podendo intimidá-lo, como é que se quer livre negociação? A livre negociação tem que partir de um patamar, se a inflação foi de 100%, dê 100% aos trabalhadores, e vamos negociar se os trabalhadores terão ganhos e outras vantagens e não negociar se vamos dar 80 ou 50%. Isso não é livre negociação, é livre opressão e livre massacre da classe dos trabalhadores!

E nós, do Partido dos Trabalhadores, com a solidariedade do PSB, manifestada pelo Deputado Paulo Maia, somos contrários a isso!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, comunicando que a partir da presente data estará oficialmente desligado dos Quadros da Bancada do PRN, o qual passa a integrar a Bancada do PTB.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, comunicando seu desligamento junto a Bancada do PRN, o qual passa a integrar a Bancada do PTB.- À Diretoria Legislativa,

para anotar.

Expediente, subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado em substituição para compor a Comissão Temporária Especial, na condição de membro da Bancada do PMDB. À Diretoria Legislativa, para anotar.

A Mesa não recebeu comunicação de que o Deputado Lino pertence à Bancada do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para representar a Bancada, deve ter havido um equívoco de nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aceito o equívoco de V.Exa.

Expediente, subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para compor a Comissão Suprapartidária, na condição de membro da Bancada do PMDB. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente, subscrito pela Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente, solicitando a designação de um Parlamentar, para representar este Poder em comemoração na cidade de Londrina nos dias 25 e 26 do corrente mês. A Mesa designa a Senhora Deputada Emília Belinati, para representar oficialmente a Assembléia Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei complementar de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 173/91.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui pagamento diferenciado para acesso de estudantes em estabelecimentos que realizem espetáculos e atividades que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E. Com EMENDA da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 51, de 13/05/91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 173/91

P A R E C E R:

Institui pagamento diferenciado para acesso de estudantes em estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

Pretende o ilustre Deputado Algaci Túlio, por intermédio do Projeto de Lei nº 173/91, assegurar o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em estabelecimentos culturais e de lazer, aos estudantes de 1º e 2º graus, estabelecendo critérios.

Sob o aspecto jurídico, a propositura encontra o amparo constitucional, os quais, inclusive, são fartamente apontados pelo proponente em sua justificativa.

No mérito, contudo, apomos restrição à previsão de autenticação da identidade estudantil pelo órgão competente da Secretaria de Estado da Educação. Tal dispositivo, além de submeter a legitimidade da representação estudantil ao crivo de autoridade estatal, implicaria em demorada e burocrática tramitação das identidades até a sua entrega aos respectivos titulares.

Porém buscando assimilar a preocupação do ilustre proponente ao incluir tal dispositivo, concordamos com a manutenção da autenticação das identidades, a ser feita pela direção das escolas, e não pela SEED. Neste sentido, propomos a seguinte emenda substitutiva do artigo 2º do projeto de lei, que passa a vigor com a seguinte redação:

"Artigo 2º - Para usufruir o benefício, o estudante deverá comprovar a condição referida no artigo anterior, através de identidade autenticada pela direção do respectivo estabelecimento de ensino e expedida pela União Brasileira de Estudantes de 1º e 2º Graus - UBES.

Parágrafo Único - As identidades, válidas em todo o território do Paraná, somente perderão a validade após a expedição das novas carteiras, independentemente do ano letivo."

Propomos emenda modificativa também à parte final do Parágrafo 2º do artigo 1º da propositura, substituindo-se a expres-

são "componente" pela expressão "competente" que, a nosso juízo, era a pretendida pelo autor, face à redação do mencionado parágrafo.

Procedidas as alterações supra, damos o Projeto de Lei nº 173/91 em condições de ser levado à soberana deliberação do excelso Plenário.

Sala das Comissões, em 24.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 173/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo instituir pagamento diferenciado para acesso de estudantes em estabelecimentos que realizem espetáculos e atividades que especificam.

Por achar meritória tal proposição, esta Comissão de Finanças dá o seu parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 02.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 173/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade instituir pagamento diferenciado para acesso de estudantes em estabelecimentos que realizem espetáculos e atividades que especifica.

Pelas razões apresentadas pelo autor na justificativa e considerando-se que a medida proporcionará o acesso à cultura e ao lazer a um maior número de pessoas da população. O nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

BÁSILIO ZANUSSO

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto e Lei Complementar nº 077/91, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA e outros, que cria a Comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 142

Curitiba, terça, em 24.09.91

da Constituição Estadual e define a sua alocação e gestão pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., com EMENDAS. Aprovado neste turno o Projeto e por aprovar as emendas C.C.J., C.F. e as apresentadas em 2ª. Discussão, com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., às de nºs 01, 02, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 11, 12 e 13 e CONTRÁRIO às emendas de Plenário nºs 05 e 07 em Regime de Urgência. (Public. no D.A. nº 19, de 14.03.91).

EMENDA ADITIVA DE Nº 09

Em que regulamenta a política de aplicação dos recursos provenientes dos "Royalties".

Onde Couber:

"Artigo... - recursos financeiros não inferiores a 20% (vinte por cento) das parcelas asseguradas ao Estado do Paraná, serão anualmente destinados ao órgão estadual responsável pela gestão dos recursos hídricos e proteção do meio ambiente".

"Parágrafo Único - Os recursos serão alocados mediante apresentação de projetos aprovados pela Comissão, garantindo-se aplicação do percentual mínimo estabelecido no caput deste artigo ao órgão estadual responsável pela gestão dos recursos hídricos e proteção do meio ambiente."

Sala das Comissões, em 28.05.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

Apoiamento: Doutor Rosinha, Ernani Pudell, Mario Bezerra, Plauto Miro Guimarães e Severino Felix.

JUSTIFICATIVA:

A filosofia de criação dos royalties e das compensações financeiras, visa um ressarcimento aos municípios e Estados atingidos por reservatórios de hidrelétricas e atividades exploradoras de recursos minerais e petróleo, e que sofreram, como consequência, perdas de ordem social ou econômica. Além dessas perdas, e não menos importantes, registram-se as perdas ambientais causadas pela mudança de regime de escoamento dos rios, a destruição da flora e da fauna aquática e terrestre, bem como os decorrentes danos ambientais causados por projetos de mineração e prospecção de petróleo.

O que se tem verificado é que essa crescente utilização dos recursos naturais fazem a sociedade pressionar o órgão ambiental a um maior envolvimento em termos de monitoramento, licenciamento, análise de Relatórios de Impacto Ambiental, verificação da implantação de medidas minimizadoras de impacto, e outros, incremento de atividade esse extremamente oneroso e que necessita de um aporte adicional de recursos. Nada mais justo, portanto, que parte dos recursos arrecadados via paga-

mento de royalties e compensações financeiras seja alocado ao órgão de proteção ambiental, para que o mesmo possa cumprir adequadamente suas tarefas.

Por outro lado, esta justa reivindicação se espelha na legislação federal que regulamenta a matéria - leis n.ºs 7990 de 28.12.89 e 8001 de 13.04.90, que atribui ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, 8% dos royalties e compensações financeiras gerados em todo o País, para aplicação em gerenciamento de recursos hídricos e operação de rede de monitoramento dos rios. A nível de Estado do Paraná, é a atual SUREHMA e, futuramente o novo órgão ambiental resultante da fusão da SUREHMA e ITCF, o responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos do Estado, bem como pelo seu monitoramento quantitativo e qualitativo.

Assim, a presente emenda está duplamente consubstanciada: segue a filosofia inicial da criação dos royalties e das compensações financeiras como ressarcimento a perdas econômicas e ambientais, e também reflete a lei federal que contempla o órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos.

EMENDA ADITIVA DE N.º 10

Acrescente-se onde couber:

"Art... - Dos recursos atribuídos ao Estado, 3% (três) por cento serão destinados e distribuídos aos municípios marginais ao rio Iguaçu, ficando excluídos os municípios já beneficiados por lei federal."

Sala das Comissões, em 29.05.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

Apoio: Mário Bezerra, Alceu Swarowski, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix e Albino Corazza.

JUSTIFICATIVA:

Para que seja plena, justa e equitativa a distribuição dos "royalties" atribuídos compensatoriamente pela ITAIPU BINACIONAL ao Estado do Paraná, torna-se necessário incluir em sua distribuição os municípios marginais ao rio Iguaçu. Histórica via navegável de nosso Estado, há décadas vem se mantendo na condição de grande abastecedor de hidrelétricas, enchendo e mantendo seus reservatórios e gerando energia. O rio Iguaçu, que já teve seus dias de glória, hoje está esquecido, bem como os municípios marginais, a montante ou a jusante das hidrelétricas.

A aplicação dos recursos advindos dos "royalties" permitirão a esses municípios - dentro dos padrões mundiais preconizados pela Ecologia e defesa ambiental - a manutenção de matas ciliares, conforme prevê o PDFFI-Programa de Desenvolvimento Florestal Integrado do nosso ITCF, a produção dos RIMA - Relatório de Impacto Ambiental,

além de criação de áreas de lazer municipais.

Cumprir investir esses recursos na prevenção de acidenes climáticos, como enchentes e secas, através da adequação de sistemas de escoamento, irrigação e drenagem.

EMENDA ADITIVA DE N.º 11

Acrescente-se onde couber:...

"Art... Dos recursos atribuídos ao Estado, sejam destinados 3% (três) por cento a: SESB-Secretaria de Estado da Saúde, para que esta através da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, forneça às pessoas comprovadamente carentes, óculos de grau, cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, prótese dentária total e aparelhos mecânicos.

Sala das Comissões, em 29.05.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

Apoio: Mário Bezerra, Plauto Miró Guimarães, Alceu Swarowski, Severino Félix e Albino Corazza.

JUSTIFICATIVA:

É sabido da existência de famílias cuja renda não ultrapassa o salário mínimo, fazendo com que caso necessitem para si ou para um familiar, qualquer atendimento, que é um direito como cidadão de um Estado capaz de suprir as necessidades sociais do mais carente.

Não vemos um atendimento humanizado e democrático efetivamente realizado pelo Estado, legítimo executor das ações e administrações sociais.

Objetiva, nossa Emenda, acabar com qualquer pressão que exercer o político sobre os eleitores e visa disciplinar o uso dos recursos obtidos pelos "Royalties" da ITAIPU BINACIONAL ao Estado do Paraná.

EMENDA SUPRESSIVA DE N.º 12

Suprima-se do parágrafo único do artigo 5º do Projeto de Lei n. 077/91 a frase: "o retorno das aplicações e suas respectivas garantias".

Em consequência, o mencionado parágrafo passará a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Único - A Aplicação dos recursos será sempre precedida da apresentação de projeto contendo análise econômica, social e ambiental do investimento".

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) RAFAEL GRECA

Apoio: José Afonso Júnior, Mário Bezerra, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Hermas Brandão, João Iensen, Rossoni e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Toda prospecção mineral é um contrato de risco, podendo ou não trazer retorno. Daí a emenda, para contemplar o pleito da

Associação de Geólogos Profissionais do Paraná. Conforme memorial anexo.

EMENDA ADITIVA DE N° 13

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo e parágrafo único, ao Projeto de Lei Complementar n. 77/91.

Art..... - Fica destinado 2% (dois por cento) para a criação, manutenção e desenvolvimento de atividades do Fundo de Reflorestamento e plantação de aquisição de áreas de matas nativas no Estado.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo regulamentará o contido no "caput" deste artigo, num prazo de 60 dias (sessenta), a partir da publicação desta Lei.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento: Rossoni, Mário Bezerra, Nelson Justus, Antônio Annibelli, Plauto Miró Guimarães, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda objetiva de forma prática dar condições a que o Estado possa criar e manter o reflorestamento e aquisição de matas nativas, ampliando desta forma outros programas semelhantes já existentes.

É patente nos dias de hoje as agressões ao meio ambiente em nome de um pseudo progresso. Se o resultado desse progresso, como é o caso do Projeto de Lei em tela, trará benefícios financeiros a áreas específicas, não poderíamos deixar de propor a destinação destes recursos para a recuperação das florestas e das matas nativas do qual o Estado do Paraná rescente-se na atualidade.

Diante do exposto, contamos com a aprovação dos nobres pares desta Comissão para a APROVAÇÃO desta Emenda Aditiva.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AS EMENDAS RECEBIDAS EM 2.ª

DISCUSSÃO, INCIDENTES

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 077/91

P A R E C E R:

O presente Parecer tem objeto de analisar as emendas recebidas em 2.ª discussão, incidentes ao Projeto de Lei Complementar n. 077/91, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, que cria a Comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 142 da Constituição Estadual e define a sua alocação e gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, na forma que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental, das proposições sob números 09, 10 e 11, emendas aditivas de autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, de número 12, de autoria do nobre deputado Rafael Greca e de número 13, de au-

Curitiba, terça, em 24.09.91

toria do nobre Deputado Hermas Brandão, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando todas as emendas supramencionadas, em condições de merecer a apreciação do Plenário desta augusta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela apreciação das emendas em Plenário.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor, Deputado Renato Adur, com apoio do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar 077/91. Aprovado. Fica portanto, adiado por 10 (dez) Sessões o Projeto de Lei Complementar n. 077/91.

O SR. NEIVO BERALDIN - (Pela Ordem) Por quantas sessões foi retirado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dez sessões.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Dez Sessões. Senhor Presidente, eu gostaria de fazer algumas ponderações em relação a isso. Nós estamos para votar este Projeto de Lei já praticamente há um ano e estamos a reclamar os recursos dos "royalties" do Governo Federal; e no entanto, se o Governo Federal repassasse os nove bilhões de cruzeiros que já tem em haver o Estado do Paraná para o Paraná hoje, não poderia receber esse dinheiro nem o Estado e nem os Municípios, até porque já tem um bilhão de cruzeiros no Banco Central que é da compensação financeira e o Paraná não recebe esse dinheiro porque não tem uma lei regulamentada. Portanto, já foi retirado da Sessão várias vezes e eu gostaria de solicitar ao Líder do PMDB, Orlando Pessuti, para que ao invés de dez sessões, fizéssemos pela metade, cinco sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta é uma diferença "interna corpus", é entre membros da Bancada do PMDB. Após resolverem o assunto dentro da Bancada, a Mesa vai decidir.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Quero fazer um apelo a Vossa Excelência. O Projeto sobre os "royalties" é de extrema importância para o Estado do Paraná, existem diversas emendas e dúvidas sobre este

Projeto. Então, o apelo é no sentido de que Vossa Excelência convoque o conselho das Lideranças dos partidos representados nesta Casa para que pudessemos discutir esse Projeto, aparar as nossas arestas, rever todas as nossas diferenças e, o mais rapidamente possível trazer a esse Plenário uma proposta de consenso de todos os partidos com representação na Assembleia.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, tendo em vista as conversações que desenvolvemos nesse Plenário com os Senhores Deputados, especialmente com as Lideranças, já solicitamos de nossa assessoria e, dentro de alguns minutos será entregue aos Líderes para que façamos uma reunião na próxima quinta-feira, às dez horas da manhã, para iniciarmos um processo de discussão e avaliação do Projeto, que já foi aprovado evidentemente, e das emendas que a ele foram oferecidas. Nesse sentido, não vemos razão de diminuir de dez para cinco e nem porque não deixarmos em cinco sessões. Nesse sentido, atendendo o apelo do Deputado Neivo, solicito a Vossa Excelência que a retirada seja por cinco sessões, até porque, se na reunião das Lideranças entendermos se necessário mais do que cinco sessões, evidentemente, que iremos solicitar à Mesa a compreensão para inclusão na Ordem do Dia. Então, solicito que a retirada, ao invés de dez sessões, atendendo o apelo do Deputado Neivo, seja apenas por cinco sessões e desde já convocamos as Lideranças para quinta-feira, às dez horas da manhã, no gabinete da Liderança do Governo, para debatermos este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Evidentemente o Requerimento, segundo o Ministro Magri, não é imexível, mas Vossa Excelência deverá fazer o Requerimento na Sessão de amanhã.

3ª Discussão do Projeto de Lei n. 180/91. Em votação o substitutivo geral. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Apenas registrando o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente anotado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 180/91, de autoria do Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO, que dá nova redação ao "caput" do artigo 67 da Lei n. 8.993/89. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J.,

(Public. no DA. n. 53, de 15.05.91).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 041/91, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Palmas, para que a população decida sobre o desmembramento do Distrito de Iratim do Município de Palmas e a sua incorporação ao Município de Bituruna. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n. 041/91. Aprovado. Fica portanto, adiado por 05 (cinco) o Projeto de Lei n. 041/91.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 163/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que autoriza a criação de Central de Atendimento das Emergências na Região Metropolitana de Curitiba. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J., e FAVORÁVEIS da C.S.P. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Public. no DA. n. 48, de 07.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 163/91

De autoria do ilustre Deputado

CARLOS SIMÕES

PARECER:

Súmula: Autoriza a criação da Central de Atendimento de Emergência através de Ambulância na Região Metropolitana de Curitiba.

Objetiva o projeto de lei em exame a criação de uma "central" para atendimento emergencial de acidentados e portadores de doenças graves, através de ambulâncias, o que em última análise, seria mais um "pronto socorro" nos mesmos moldes dos que já funcionam na grande Curitiba.

Inicialmente há que apontar-se gritante falha de técnica legislativa, pois que em sendo um projeto meramente autorizatório, teria que, obrigatoriamente, indicar a qual órgão da administração estadual estaria subordinado e que via de consequência, seria o responsável por sua implantação. Da forma como o projeto foi redigido, não nos permite distinguir em que plano administrativo o serviço emergencial ficaria situado, fato este que, por si só, compromete a sua normal tramitação.

Por outro lado, nos parece que o projeto contraria determinação contida no artigo 87, inc. VI da Constituição Estadual que estabelece como sendo de competência privativa do Governador do Estado "Dispor

sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual, na forma das Leis".

A organização da estrutura básica do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública do Estado do Paraná está delineado pela Lei n. 8485, de 03.06.87, ainda vigente, e que no seu artigo 2º estabelece:

"O Poder Executivo, como agente do sistema de administração pública estadual, tem a missão básica de conceber e implantar programas e projetos que traduzem, de forma ordenada, as metas e objetivos emanados da Constituição e de leis específicas, em estreita articulação com os demais Poderes e com os outros níveis do Governo, sendo responsável perante eles pela correta aplicação dos meios e recursos que mobilizar na sua ação executiva."

Por tudo isso, se chega à conclusão indiscutível de que o parecer do subscritor do projeto seria exequível por um simples ato de vontade administrativa do Poder Executivo ou através de gestões pessoais do nobre Deputado junto aos órgãos competentes.

Ainda como sugestão, poderia o Senhor Deputado ingressar junto à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, com uma INDICAÇÃO, solicitando ao Poder Executivo a implantação do serviço emergencial desejado.

Por essas razões e considerando as falhas legais, constitucionais e de técnica legislativa, somos pela REJEIÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA

Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

P A R E C E R:

Parecer ao Projeto de Lei nº 163/91, de autoria do insigne Deputado Carlos Simões.

Trata o projeto de lei ora em tela, de proposição que visa a criação de uma central de ambulâncias para prestar atendimento emergencial aos acidentados e portadores de doenças graves, transportando-os aos hospitais para o socorro necessário, como também aos pacientes em tratamento, que necessitem de transporte, quando em prescrição médica, que não tenham condições de fazê-lo.

Do ponto de vista meramente técnico, não nos parece em nenhum momento prejudicial ao sistema de saúde pública, vez que sempre necessário se faz o atendimento dos pacientes em situações emergenciais, mormente os que sofrem acidentes em vias

públicas, sendo obrigação do Estado providenciar meios para seu pronto-socorro.

Assim, a presente proposição reveste-se de caráter humanitário e social, pelo bem que visa proporcionar à população notadamente mais carente, que nem sempre tem condições de arcar com as despesas de táxi até o hospital para a continuação do tratamento a que se submetem.

Por estas razões acima aduzidas, é que opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto ora sob censura.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.91

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 163/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Carlos Simões, visa o presente plano de lei autorizar o Poder Executivo a criar a Central de atendimento de Emergência, através de ambulâncias, na Região Metropolitana de Curitiba.

A Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto de legalidade, constitucionalidade e de técnica legislativa posicionou-se CONTRARIAMENTE a aprovação do projeto de lei em discussão.

Por outro lado, a Comissão de Saúde Pública manifestou-se FAVORAVELMENTE ao mesmo, devido ao caráter humanitário e social nele incluso.

Esta Comissão, chamada a opinar, conforme o § 6º, art. 33, do Regimento Interno, conclui, através de seu Relator, FAVORAVELMENTE à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.91

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 163/91. Aprovado. Fica portanto adiado a discussão por 10 (dez) Sessões o Projeto de Lei nº 163/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/91, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que altera o artigo 1º da Lei nº 9.386, de 28.09.90; que criou "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Prado Ferreira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por Unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 73, de 20.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 258/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Severino Félix, visa o presente alterar o disposto no art. 9.386/90, que criou "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Prado Ferreira.

Sob os aspectos da Constitucionalidade, Legalidade e Técnica Legislativa, o Projeto não merece qualquer reparo.

Quanto ao mérito, é de esclarecer tratar de alteração nas divisas anteriormente previstas de modo a atender os interesses da população local, conforme justificativa apresentada.

Assim, somos de Parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 267/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 77, de 25.06.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 267/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, tem por finalidade a criação do Sistema Estadual de Crédito Educativo, na forma que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em tela, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu Parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Plano de Lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 27.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

ROSSONI - Relator

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Paraná vem cumprindo suas responsabilidades para com a educação de nível superior no Estado.

Quem não o faz satisfatoriamente, é o Governo da União, que, embora reconhecendo a qualidade do ensino das Universidades e Faculdades Estaduais do Paraná, não se empenhou em federalizá-las, agora em pretexto de sua ambiguidade filosófica, política e administrativa a respeito do ensino superior público e gratuito.

Por sua vez, o Governo do Paraná, mesmo contraditando os custos exorbitantes da liberalidade administrativa das escolas de nível superior, tem concorrido para a am-

pliação do ensino superior e disseminação de habilitações profissionais pelas regiões do Estado.

Esse ônus educacional cresce na medida em que, como unidade federativa, recebemos milhares de estudantes de outros Estados, em nossos vestibulares. E é o que ocorre muito significativamente com a Universidade Federal do Paraná, já de natural procurada por ser sediada na Capital do Estado.

Este verdadeiro mutirão de esforços e empenhos tem pesado de maneira especial sobre a Região Metropolitana de Curitiba, onde os trabalhadores e famílias de baixa renda têm dificuldades, muitas vezes intransponíveis, para alcançar a educação superior, seja pelo limitado número de vagas disputado por todo o país, seja pelos custos das universidades e faculdades privadas.

De outro lado, a ajuda e a promoção às pessoas de baixa renda devem objetivar que elas próprias se ajudem, repudiando o paternalismo falsamente protetor, parente próximo do clientelismo eleitoral. Sem esquecer que interessa ao Paraná e ao seu futuro o estímulo ao bom estudante sem boas condições financeiras de prosseguir sua formação ao limite de suas potencialidades reveladas.

Acreditamos que se conjugam neste projeto de lei a inescusável responsabilidade do Estado, a democratização das oportunidades de educação superior e um sistema criterioso de concessão de bolsas completas e parciais de educação.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 267/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, objetiva criação do Sistema Estadual de Crédito Educativo.

A iniciativa, de nobre objetivo, está em perfeita consonância com as disposições dos arts. 177 a 189 da Constituição Estadual.

Nesse sentido, deve, o respectivo programa, ser incluído na Lei Orçamentária para 1992, a fim de que não se incorra na vedação do art. 135, I da Constituição Estadual, que assim dispõe:

"Art. 135 - São vedados:

I - O início de programas de projetos não incluídos na Lei Orçamentária anual."

Posto isto somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.91

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 267/91

P A R E C E R:

Promunciou-se favoravelmente à Comissão de Constituição e Justiça.

O presente plano de lei, configura-se como de cunho altamente social.

Como os efeitos se transferem para o exercício financeiro de 1992, nada há que obste sua tramitação normal.

Para apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.91

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário com apoioamento do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 267/91. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões o Projeto de Lei n° 267/91.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 283/91, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARAES, que dispõe sobre o atendimento prioritário, preferencial e especial das pessoas que menciona, em agências e postos bancários, estabelecimentos financeiros e similares, dando outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C. e C.E.C.E., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n° 79, de 27.06.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 283/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei tem como autor o Deputado Plauto Miró Guimarães, que dispõe sobre o atendimento prioritário, preferencial e especial das pessoas que menciona em agências e postos bancários, estabelecimentos financeiros e similares, dando outras providências.

No que se refere aos aspectos constitucionais, legais e regimentais, não encontramos qualquer impedimento ao prosseguimento do trâmite desta matéria.

Assim sendo, considerando o elevado alcance da medida proposta, manifestamos-nos pelo Parecer Favorável à aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões em

(aa) EMÍLIA BELINATI - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI N° 283/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Plauto Guimarães, o projeto em tela "Dispõe sobre

o atendimento prioritário, preferencial e especial das pessoas que menciona, em agências e postos bancários, estabelecimentos financeiros e similares, dando outras providências".

Pela justificativa que acompanha a presente proposta, verificamos que se trata de uma medida merecedora de elogios e traz consigo prioridades que beneficiam a sociedade.

A presente proposta foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que promunciou-se pela APROVAÇÃO do Projeto em questão.

Assim sendo, esta douta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, chamada a opinar, vem seguir o entendimento da Comissão supra citada, ou seja, opinando pelo Parecer FAVORÁVEL ao relevante Projeto de Lei n° 283/91.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

JOÃO PREIS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 283/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por finalidade estabelecer atendimento prioritário, preferencial e especial das pessoas com idade superior a 65 anos de idade; portadores de deficiência física que implique as dificuldades de locomoção ou de permanência em pé; mulheres grávidas; mães com crianças no colo ou lactentes; doenças graves.

O presente projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão que cabe analisar o mérito, somos pela aprovação da medida proposta pelo elevado e justo alcance social da mesma.

Assim sendo o nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 311/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tapejara a área que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 90, de 06/08/91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 311/91

P A R E C E R:

Procedendo exame do Projeto de Lei nº 311/91, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, constatamos, que o mesmo autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Tapejara, as datas de terras 126, 127, 128, 129, 130, 131 e 132, do loteamento "Cidade de São Vicente de Tapejara", de propriedade do Estado do Paraná, conforme certidão nº 17.456, livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

A medida reveste-se de um valor altamente meritório, ainda mais que a referida área, objeto deste plano de lei ficará gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, devendo retornar ao patrimônio do Estado, caso sua destinação venha a perecer.

Revestindo-se a matéria, de cunho meramente autorizatório, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL, esperando que a sanção governamental, venha a sanar qualquer vício que porventura existir.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 311/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, chega a Comissão o projeto de lei em questão, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Tapejara, as datas de terras 126, 127, 128, 129, 130, 131 e 132, do loteamento "Cidade de São Vicente de Tapejara", de propriedade do Estado do Paraná.

No apreço dado pela Comissão de Constituição e Justiça, esta se posicionou pelo exame em Plenário, por considerar a matéria de alto valor meritório pela possibilidade de beneficiar pequenos e médios comerciantes.

Convocada a expender sua opinião, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da mesma forma, reconhecendo os grandes benefícios a serem alcançados com a aprovação do projeto de lei, manifesta-se favoravelmente pelo regular trâmite da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

ÉLIO RUSCH

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Man-

frinato, com apoioamento do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 311/91.- Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões o Projeto de Lei nº 311/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia José Gonçalves D'Ávila, que liga o Município de São João do Ivaí a Godoy Moreira. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 94, de 12/08/91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 323/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Edson Lino, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia José Gonçalves D'Ávila, que liga o Município de São João do Ivaí ao Município de Godoy Moreira, numa extensão de 34 Km.

No tocante ao aspecto meritório do mesmo, encontra-se este plena e satisfatoriamente arrazoado em sua justificativa, já que a rodovia em questão passou a pertencer ao Município de Godoy Moreira e este conta com apenas 2 anos de existência e não tem condições financeiras para arcar com a manutenção do trecho em análise.

Outrossim, o projeto de lei está devidamente de acordo com os ditames constitucionais, com os termos do Regimento Interno e demais normas legais vigentes.

Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 323/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de iniciativa do nobre Deputado Edson Lino, objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia José Gonçalves D'Ávila, que liga o Município de São João do Ivaí ao Município de Godoy Moreira, numa extensão de 34 Km.

No mérito, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice à aprovação, o que enseja o seu acolhimento para regular tramitação legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.91

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

RENATO ADUR - Relator

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria apenas de aproveitar e fazer aqui um agradecimento em nome de centenas de estudantes que estão aqui na Assembléia, na tarde de hoje, aos Srs. Parlamentares das várias Comissões pelas quais passaram o Projeto que beneficia ou visa voltar, e termos no Paraná a questão da meia-entrada, a exemplo do que já ocorre em Santa Catarina e em outros Estados. Agradecer à Bancada do Governo, à Bancada aliada também e a certeza de que estão reconhecendo a importância desse projeto para a classe estudantil do Paraná.

Em nome desses estudantes o nosso muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Também sou portador da mensagem do Comando Estadual de Mobilização pela meia-entrada no Paraná, composta pela Une, pela Casa do Estudante Universitário, UPES, UMESC, DCE da Federal e PUC, que agradecem o empenho e a mobilização dos estudantes em sua presença, aqui, hoje, na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 2463, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2449, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2461, 2460, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2451, 2452, 2454, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2464, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2466, de autoria do Sr. Deputado Paula Maia, com apoio dos Srs. Deputados Doutor Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2471, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2431, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 2445, de autoria dos Srs. Deputados Cleiton Kielse, Emília

Belinati, Orlando Pessuti e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2453, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2423, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, com apoio dos Srs. Deputados Erondy Silvério, Neivo Beraldin, Mário Bezerra e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, gostaria de registrar o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com exceção da Bancada do Partido dos Trabalhadores, está aprovado o requerimento.

O SR. ELIO RUSCH - Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para esclarecer a esta Casa que a Comissão que deu origem aqui na Assembléia Legislativa no que diz respeito à construção de um aeroporto no Oeste do Paraná, requerimento este de autoria do Deputado Duílio Genari, formada pelos Srs. Deputados Dobrandino da Silva, Duílio Genari e Albino Corazza e mais alguns Deputados, no entendimento que tivemos, Deputados do Oeste do Paraná, o Deputado Dobrandino pelo de estar com sua base eleitoral fixada na cidade de Foz do Iguaçu, resolveu por bem abrir mão da participação desta Comissão. Nós que temos também interesse na construção deste aeroporto, porque vem beneficiar a nossa Região e a cidade que representamos, resolveu que eu participasse no lugar do Deputado Dobrandino. Venho esclarecer que não sou da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 173/91, 258/91, 283/91 323/91 e do Projeto de Resolução nº 054/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOÃO ARRUDA, EM SESSÃO DO

"Tratamento Saudável ao Paraná"
e a matéria "Alceni trata o
Paraná com critério Técnico".

O ministro Alceni Guerra, da Saúde, embora provando que trata o Paraná com critério técnico na distribuição dos recursos do seu Ministério, alertou que o estado deve ter o que merece. É que o Paraná é o quinto produtor regional bruto do país, celeiro da nação, maior exportador de grãos e com uma população da ordem de 10 milhões de habitantes, mas tem sido sistematicamente discriminado na divisão de verbas federais. Alceni, um paranaense de formação guindado para o Ministério do presidente Collor, tem procurado reverter essa situação no escopo de sua pasta.

Por isso e apenas por isso, o ministro da Saúde foi alvo de ataques de interesses localizados em outras regiões, incomodados porque, pelo menos em um segmento da administração federal o Paraná voltou a ser tratado com a consideração que sua gente merece no reparte dos benefícios federativos. Em lapidar informação distribuída aos nossos leitores na edição de ontem desta "Gazeta do Povo", ficou comprovado que o Paraná foi o sexto colocado na partilha de recursos financeiros do Ministério da Saúde, no exercício de 1990. Se tem o quinto maior PIB regional e ficou na sexta posição, o estado não tem sido privilegiado de modo algum, equilibrando-se os fatores.

Os informes parciais que davam o estado como privilegiado, referem-se a dados ainda não consolidados do ano em curso e que, por uma decorrência lógica, não podem servir de parâmetro a quem estiver movido pela seriedade. Também foram comparações "usando relatórios parciais do INAMPS e do Ministério e ao usar duas fontes distintas, que não podem ser comparadas (o todo com a parte)" na avaliação do próprio ministro, chegaram "a situações que não correspondem à realidade".

Em vez, o levantamento das aplicações de recursos em 1990, segundo o relatório já consolidado do Ministério, apresenta um total geral por estado da seguinte ordem: em primeiro lugar, São Paulo, com Cr\$ 124 bilhões; em segundo, Rio de Janeiro, com 100 bilhões, em terceiro, Minas, com 61 bilhões; em quarto, Rio Grande do Sul, com 43 bilhões; em quinto, Bahia com Cr\$ 30.469.905.741,18; em sexto, Paraná com 30.028.351.681,25, portanto ligeiramente atrás dos baianos, em sexta posição. Para fins de informação ainda. Alagoas foi o 16º estado a receber recursos do MS, com Cr\$ 11.550.765.266,71.

Alceni Guerra salientou que o critério técnico se baseou principalmente no índice

populacional de cada estado para proceder com justiça à distribuição das verbas. Assim, na área de assistência ambulatorial, enquanto o Paraná ficou com Cr\$ 34 bilhões, São Paulo recebeu 144 bilhões; na assistência hospitalar o Paraná ficou com 41 bilhões enquanto São Paulo fez jus a 302 bilhões. "O Paraná, na área de saúde pública, está sendo beneficiado na exata medida de sua importância econômica e peso populacional no País", enfatizou o ministro após desfilar os números comprobatórios.

Pena que tal critério não esteja sendo observado em outras áreas da administração federativa, conforme demonstram os números das aplicações em rodovias, em obras educacionais, em assistência social, etc. No geral das relações entre o estado e a União Federal o Paraná fica muito distanciado de ver retornar parcela correspondente ao ingente labor de seu povo para o monte comum, despertando pelo contrário, reservas quanto à validade dos arranjos institucionais que mantêm este país fortemente centralizado.

Não têm procedência - vê-se as críticas - ao ânimo paranista do ministro Alceni Guerra, que sabe equilibrar o reconhecimento que tem para com a terra que o acolheu com suas responsabilidades de ministro de Estado da Federação brasileira; prova mais da maturidade que o habilita para um cargo espinhoso, onde tem tido uma atuação exemplar. Fazemos justiça portanto, exprimindo o ponto de vista unânime da opinião pública paranaense, de que o ministro Alceni Guerra, sobre tratar o Paraná como o estado merece, é um dos mais qualificados e competentes membros da equipe do Governo Collor.

"Alceni trata o Paraná
com critério Técnico."

Usando o critério populacional, para exemplificar, o Paraná recebeu Cr\$ 34 bilhões de cruzeiros enquanto São Paulo foi beneficiado com 144 bilhões de área de assistência ambulatorial. Na assistência hospitalar o Paraná recebeu Cr\$ 41 bilhões enquanto São Paulo recebeu Cr\$ 302 bilhões. Os números divergem da análise que foi feita ontem pelo jornal Folha de São Paulo, que segundo o Ministério da Saúde, trabalhou com comparações usando relatórios parciais do INAMPS e parciais do Ministério da Saúde, e ao usar duas fontes distintas, que não podem ser comparadas (o todo com a parte), O Paraná é o quinto PIB do Brasil, celeiro da Nação e maior exportador de grãos, no entanto, no Orçamento da União o Estado é sistematicamente discriminado na divisão de verbas federais, obtendo ínfimas parcelas do bolo da receita nacional. No setor de saúde pública, o

Ministro da Saúde, Alcení Guerra, embora paranaense, tem procurado reverter a situação, dando um tratamento técnico na divisão de investimentos. No relatório de 1990, o Paraná foi o sexto em ordem de recebimento de recursos financeiros do Ministério da Saúde, São Paulo foi o primeiro e Alagoas foi o 16°. Chegou a situações que não correspondem à realidade.

As aplicações dos recursos do Ministério da Saúde foram discriminadas num quadro geral, por estados, mostrando que o Paraná, na área de Saúde Pública, está sendo beneficiado na exata medida de sua importância econômica e peso populacional no país - coisa que não acontece em outras áreas, onde fica relegado. Os números são preliminares, segundo o Ministério da Saúde, em relação ao ano 91. Os únicos números de investimentos já fechados são de 1990, e que estão na segunda tabela:

Os recursos por Estados

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM 1990

UF	TOTAL INAMPS (1)	TOTAL OUTROS (2)	TOTAL	GERAL P ESTADO
AC	951.654.874,00	429.132.612,34	1.380.787.486,24	
AL	8.098.568.506,00	3.452.196.760,71	11.550.765.266,71	
AM	6.031.977.706,00	2.211.741.938,93	8.215.719.644,93	
AP	299.479.736,00	400.772.114,79	700.251.850,79	
BA	23.396.562.531,00	7.073.343.210,18	30.469.905.741,18	
CE	16.501.965.888,59	4.634.674.484,53	21.136.640.373,12	
DF	3.750.869.191,00	4.262.398.759,05	8.013.267.947,05	
ES	10.971.706.944,00	1.041.849.249,67	12.013.556.193,67	
GO	18.868.896.835,00	2.985.677.564,27	21.854.574.399,27	
MA	12.207.891.287,00	4.675.567.800,34	16.883.459.087,34	
MG	55.678.560.023,56	5.272.584.885,26	60.951.144.908,82	
MS	3.770.176.709,00	1.048.910.534,55	4.819.087.243,55	
MT	4.177.437.178,00	1.331.588.510,17	5.509.025.688,17	
PA	7.432.343.730,00	5.708.277.850,55	13.140.621.580,55	
PB	9.959.389.803,00	3.080.220.169,49	13.039.609.972,49	
PE	17.333.484.336,00	4.625.865.613,34	21.959.349.949,34	
PI	9.265.197.482,00	2.484.912.596,98	11.750.110.078,98	
PR	28.438.262.768,00	1.590.088.913,25	30.028.351.681,25	
RJ	91.563.988.161,09	8.674.709.127,57	100.238.697.288,66	
RN	7.333.673.408,00	3.423.755.835,40	10.757.429.243,40	
RS	41.428.998.444,46	1.966.229.581,15	43.395.228.025,61	
SC	15.137.972.235,00	1.270.981.522,42	16.408.953.757,42	
SE	3.626.693.787,00	2.084.655.018,21	5.711.348.805,21	
SP	121.890.816.068,00	2.869.667.624,01	124.760.483.692,01	
RR	1.701.608.178,00	271.135.108,86	1.972.743.286,86	
RO	2.376.184.409,00	1.989.283.298,00	4.365.467.707,00	
TO	2.010.984.230,00	270.913.090,20	2.281.897.320,20	
	525.177.343.499,70	79.131.133.771,12	603.308.478.208,00	